



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso
Especial

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

Ano XVIII - nº 64
Fev-Mar/2010

As senhoras da vida

*Em homenagem ao Dia da Mulher, 8 de março,
fizemos uma reportagem sobre o parto.
As cesarianas desnecessárias ainda predominam,
mas a opção pelo parto normal, mais saudável
para a mãe e o bebê, está crescendo.
Esta edição traz também uma enquete especial,
com a opinião de doze servidoras grávidas*

Bois de resistência



TT CATALÃO

Tão ameaçado de extinção quanto o peixe-boi, o boi de carnaval de Alagoas criou alternativas de sobrevivência que hoje fazem parte da programação de pré-festejos de Maceió, com torcidas e 28 bois em desfile. Um começo meio por baixo, quase como pedintes de cachaça e tira-gostos, colocavam trapos no lugar do couro na armação de arame e bambu, e um arremedo de chifre. Ou eram crianças batendo lata para brincar o carnaval. A coisa cresceu e em 2003 a Liga foi fundada. Impressiona o número de crianças nos dois dias de desfile na arena aberta do Multieventos da Prefeitura, na Pajuçara. O boi tem força na comunidade e atua em diversas campanhas; daí não gosta de ser chamado só "de carnaval", por trabalhar o ano todo. Os bois, em si esculturas dançantes (cerca de 2,5m), mereciam uma expo de artes plásticas pela riqueza de leituras e temas. Fogem do rigor do bumba-meu-boi clássico e adotam enredos que podem ir desde o Chaves e a escolinha do Chico Anysio até a "fraternidade com a China" no Boi Dragão, Monteiro Lobato, Dicionário Aurélio, aniversário do Teatro Mal. Deodoro, a solidariedade, o sertão na santíssima trindade Lampião—Padim—Luis Gonzaga e uma ópera curta sobre o boi que deveria ser aposentado por bons serviços, mas acaba no matadouro. É a diferença que o carnaval de Alagoas pode oferecer. As batidas são mistas: tem uma levada afro, forte, toques funk com o maracatu mordendo. Excelentes instrumentistas, com destaque especial no balé-duelo entre boi e vaqueiro, e grande senso teatral para contar o tema em dramatizações rústicas de comovente entrega do pessoal. Bem-vinda também a fusão com os Guerreiros na festa (este ano homenagearam Mestre Benom).

► CONTINUA NA PÁGINA CENTRAL



RODOLFO STUCKERT

AO LEITOR

Os desafios de 2010



RODOLFO STUCKERT

Roberto Policarpo
Coordenador-geral
do Sindjus

O ano de 2010 será atípico, ao menos no Congresso Nacional. Um ano corrido, em razão das eleições que se aproximam. Nós, servidores do Judiciário e do MPU, continuamos firmes e imersos em uma luta constante, uma luta contra o relógio e em prol da aprovação de nossos PCCRs.

Os projetos de lei que tratam do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos trabalhadores do Judiciário e do MPU (PL 6613/09 e PL 6697/09, respectivamente) estão em processo de tramitação. Atualmente estão na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público na Câmara dos Deputados. Ambos têm o mesmo relator, o deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM).

O Sindjus tem mantido contato com o relator e com outros parlamentares para acelerar a tramitação, mas nós sabemos que essa não será uma batalha fácil. Muito pelo contrário, temos uma série de dificuldades em nosso caminho. Devemos estar preparados para lutar contra a falta de vontade política que impera quando se trata de nossas lutas.

Também devemos vencer o discurso de que

não há orçamento para bancar a nossa revisão salarial. Vamos ter de enfrentar a Secretaria de Finanças do Ministério do Planejamento novamente. Por isso, desde o início do ano temos articulado para que o STF se reúna com o Planalto para resolver essa questão. Teremos também que estar preparados para novos ataques da mídia, que insiste em dizer que ganhamos muito. E ainda teremos de trabalhar o ano eleitoral a nosso favor.

Para sairmos vitoriosos de tantas batalhas é necessário, desde já, estarmos unidos. Recentemente o Sindjus realizou uma reunião para definir as estratégias desse combate e convidou todas as associações tanto do Judiciário quanto do MPU para participar. Todos, independentemente de posições políticas e ideologias, devem estar juntos nesse momento. Só assim teremos chance de conquistar nosso objetivo: aprovar os dois projetos ainda no primeiro semestre.

Portanto, prepare-se. Os próximos meses serão de muita pressão, de muita mobilização e de muito enfrentamento. Temos que ter consciência de que os obstáculos são complicados, mas o sonho é possível. O otimismo e a esperança devem vencer qualquer barreira. Em breve vamos precisar de força total nos corredores do Congresso. Cada um de nós tem a missão de colaborar para que o projeto caminhe o mais rápido possível. Se todos se mobilizarem, sem dúvida, chegaremos lá.

“Vamos precisar de força total nos corredores do Congresso. Cada um de nós tem a missão de colaborar para que o projeto caminhe o mais rápido possível. Se todos se mobilizarem, sem dúvida, chegaremos lá.”

Justiça de transição



ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

“A justiça de transição é um esforço para a construção da paz sustentável após um período de violação de direitos humanos. Implica revelar a verdade, processar perpetradores de crimes, conceder reparações às vítimas e reformar instituições responsáveis por abusos.”

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Doo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

Em seguida às comemorações do Dia Internacional dos Direitos Humanos, em dezembro, o presidente da República, em cerimônia no Itamaraty para entrega do Prêmio Direitos Humanos 2009, editou o decreto de aprovação do novo Programa Nacional de Direitos Humanos. Ao adotar, em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos, o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a seguir a recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993): atribuir aos direitos humanos a condição de política pública governamental. Desde então, importantes revisões têm sido objeto de atenção dos protagonistas desse campo, no caso brasileiro por meio de uma interlocução construtiva entre governo, parlamento e sociedade civil, cujo instrumento eficiente é a série de Conferências Nacionais de Direitos Humanos.

Uma das mais significativas atualizações, levada ao PNDH 2 a partir de 2002, foi a inclusão dos direitos econômicos, sociais e culturais, de forma coerente com o princípio de indivisibilidade e interdependência de todos os direitos humanos, expresso na Declaração de Viena. O PNDH 2, orientado também pelos parâmetros estabelecidos na Constituição de 1988, incorporou ações no campo da garantia do direito à educação, saúde, previdência e assistência social, trabalho, moradia, meio ambiente, alimentação, cultura e lazer, de forma conjugada com estratégias de elaboração orçamentária e metas gerenciais de execução. Ao lado de mobilizações para desenvolver uma cultura de respeito aos direitos humanos, a previsão de recursos orçamentários para assegurar a sustentabilidade de programas e dos órgãos responsáveis.

A nova atualização (PNDH 3) chamou a atenção pela imediata e concertada objeção a algumas de suas diretrizes, mobilizando segmentos conhecidamente refratários ao aprofundamento democrático proveniente dos avanços da Constituição de 1988. Tive ensejo de fazer crítica a essas reações em artigo no *Correio Braziliense* (*Desafio à Educação*, p. 15, 20/01/2010). Aqui, quero por em relevo a nova proposta para a questão, que cuida da instalação de uma comissão nacional com amplos poderes para apurar crimes da ditadura militar e responsabilizar os agentes culpados.

Trata-se da originalmente chamada Comissão de Verdade e Justiça, que, seguindo modelo adotado em países com necessidade de apurar violações de direitos durante regimes de exceção, acabou, por

conta de tensões vivenciadas no seio do governo, redefinida como Comissão Nacional de Verdade.

Resolução da OEA (2006) reconhece a importância do direito à verdade para o fim da impunidade e a proteção aos direitos humanos. As divergências que precederam a aprovação do Programa opuseram, de um lado, o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com a ideia de constituir a comissão não só como resposta às expectativas de familiares de pessoas torturadas e mortas nos anos da ditadura (sem que, em muitos casos, sequer os corpos tenham sido localizados), mas também com poderes para recuperar arquivos ainda em mãos de órgãos militares e de segurança, que permitam elucidar casos de desaparecimentos e responsabilizar agentes, em face da natureza imprescritível das violações cometidas. De outro lado, o ministro da Defesa Nelson Jobim, apoiado em premissa, a meu ver errada, de que a Lei de Anistia e a interpretação de seu alcance duplo (aos militantes políticos e aos agentes de repressão) seria fruto do acordo político de 1979, com o objetivo uma reconciliação nacional. Ele advogaria, portanto, uma comissão de reconciliação, mas não de justiça.

A reivindicação de incluir uma Comissão de Verdade e Justiça, mesmo na forma atual de Comissão de Verdade, decorre da Conferência Nacional de Direitos Humanos realizada em dezembro de 2008 com caráter deliberativo. Decorre também da natureza cogente do direito internacional dos direitos humanos, expressa em decisões de tribunais internacionais que indicam ao Brasil a necessidade de concluir o processo de democratização com a verdade sobre os fatos, para evitar repetições de ciclos de violência.

Essa reivindicação inscreve-se nos fundamentos do que se denomina justiça de transição, que pode ser definida como esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos. Esse conceito é proposto por Paul Van Zyl, vice-presidente do *International Center for Transitional Justice*. Examinando os elementos-chave da justiça transicional, o que não se pode perder de vista, à luz de seus enunciados, é que a justiça transicional admite sim reconciliação, mas implica necessariamente processar os perpetradores dos crimes, revelar a verdade sobre crimes, conceder reparações às vítimas e reformar as instituições responsáveis pelos abusos.



RINALDO MORELLI*

“ A série *Equivalências* faz links entre texturas. Orgânicas e urbanas. É uma rima de detalhes que somente a luz revela e a fotografia aproxima. Na galeria elas são expostas em grandes painéis, que a meu ver pedem silêncio e reflexão. ”

* Fotojornalista por sobrevivência material, artista por sobrevivência da alma. Fundador do grupo de fotógrafos Ladrões de Alma. Fundador e presidente da AFOTO – Associação de Fotógrafos de Brasília. E professor de fotografia (sempre).



www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto
Roberto Policarpo Fagundes

Coordenadores de Administração e Finanças

Cledo de Oliveira Vieira
Jailton Manguiera Assis
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos

Jurídicos e Trabalhistas
José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa
Antônio José Oliveira Silva
Eliane do Socorro Alves da Silva

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca
Maria Angélica Portela
Valdir Nunes Ferreira



CAPA: FOTO DE HILDE VANSTRAELEN

Revista do **Sindjus**

Edição
Usha Velasco (DRT-DF 954/99)

Reportagem

Carlos Tavares
Daniel Campos
Fabiola Góis
Thais Assunção

Colaboradores

José Geraldo de Sousa Junior
TT Catalão

Revisão

Ana Paula Barbosa Cusinato

Projeto gráfico e arte
Usha Velasco

Tiragem
15.000 exemplares

Folia cidadã

Em carnaval histórico, milhares vão às ruas protestar contra as denúncias de corrupção no governo do DF

Thais Assunção

A indignação com os escândalos de corrupção no DF, somada à muita irreverência, levou cerca de dez mil pessoas ao Pacotão, principal bloco carnavalesco de rua de Brasília, que completou 32 anos. Os foliões lotaram a quadra 302 norte, local da concentração, e o tradicional percurso pela contramão da W3, nos dias 14 e 16 de fevereiro.

“Fora Arruda. Roriz nunca mais”. A frase, estampada na camisa vermelha do Bloco dos Trabalhadores na Rua, que se uniu ao Pacotão, contribuiu para fortalecer o movimento da população revoltada com os escândalos de corrupção no GDF. O bloco foi organizado pela CUT-DF com apoio do Sindjus.

O governador afastado José Roberto Arruda, preso pouco antes do carnaval, tornou-se o tema das marchinhas do Pacotão – ao lado de outros personagens do escândalo, como os deputados distritais Leonardo Prudente e Eurides Brito. O sarcasmo e bom humor foram os elementos principais, e logo todos estavam com as letras na ponta da língua. *Champanhe com Panetone, Arrombaram a Caixa de Pandora, Faltou Panetone na Papuda* e a campeã deste carnaval, a marchinha *Bolsetão da Eurides*, fizeram o maior sucesso entre o público.

O coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, acompanhou o bloco e disse que a mobilização da sociedade é fundamental para mudar o quadro de corrupção. “A população está cansada de escândalos e não pode ficar parada. Temos que nos unir para exigir punição aos corruptos. O Bloco dos Trabalhadores na Rua é uma ótima oportunidade para isso.

E para comemorar também, pois os últimos acontecimentos mostram que a justiça está cumprindo seu papel”, afirmou, referindo-se à prisão do governador, ordenada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“O Pacotão é um bloco tradicional e conhecido por seus protestos políticos, que congregam as pessoas. Por isso nos juntamos a ele com o Bloco dos Trabalhadores na Rua, para mostrar a nossa indignação com tudo que está acontecendo no cenário político de Brasília”, disse a presidente da CUT, Rejane Pitanga.

Panetone com dinheiro – “Você aceita um pedaço do panetone mais caro da história?” Assim o chefe de cozinha internacional Tony Martins oferecia uma degustação do prato do dia aos foliões: panetone recheado de dinheiro. Vestido com o uniforme de trabalho, Tony, com muito bom humor, usou a sua própria profissão para satirizar a esfarrapada explicação do governador para o gasto de dinheiro público no escândalo.

O chefe de cozinha acredita que a situação de Arruda tende a piorar e ele não terá opções senão renunciar ao cargo. “Acho que vamos conseguir dar um basta nessa situação. A população tem que gritar, agitar e sair às ruas, por isso eu vim ao Pacotão”, reforça.

A presença de milhares de foliões fantasiados indicava que Tony tem razão. A fantasia mais popular foi a de subsidiário, ao lado do panetone, do dinhei-

VALCI ROSA



Policarpo e Ana Paula: Sindjus marca presença na folia

ro nas meias e das diversas “Eurides” com sua famosa bolsa – alusão à filmagem onde a deputada aparece guardando maços de dinheiro. Nem os cachorros escaparam: havia vários fantasiados de panetone.

Já se passaram mais de três décadas desde que o Pacotão saiu às ruas pela primeira vez. O jornalista paraibano Ivan Pimentel estava lá. E, neste carnaval de 2010, carregava com orgulho a prova: o LP lançado em 1978 com as marchinhas da época, com destaque para *Pacote de Abril*, referência a medidas do então presidente Ernesto Geisel no ano anterior.

Ivan afirma que o bloco é um importante e irreverente espaço de manifestação dos brasilienses, que todos os anos traz à tona fatos marcantes da política nacional. “O Pacotão é marcante pelas bandeiras que levanta. Acompanho todos os anos e acredito na força das marchinhas para denunciar injustiças e escândalos, como esse mensalão do DEM no DF”, ressalta.



RENATO ARAUJO/ABR



RENATO ARAUJO/ABR



RODRIGO OLIVEIRA



RENATO ARAUJO/ABR

Presidiários (acima): fantasia das mais populares. Ao lado, o chef de verdade protestou com uma iguaria de mentirinha; folião junta dinheiro à camisa do Bloco dos Trabalhadores; e até cães foram fantasiados de panetone

Volta às origens

Cesarianas desnecessárias ainda predominam, mas trabalhos de conscientização começam a reforçar a opção pelo parto normal

Fabiola Góis

O momento do parto é sempre motivo de preocupação para mães de primeira viagem, ou mesmo para as que já têm filhos. Afinal, é sempre angustiante a espera pelo bebê gerado durante nove meses. A mulher se preocupa com o pré-natal, com a saúde

de dela e do filho, com os profissionais que os atendem. Mas o excesso de atenção provoca inseguranças que interferem até mesmo na escolha do tipo de parto: normal ou cesárea? E cada vez mais mulheres no país optam pela cirurgia na hora de parir — que contraria a

natureza do ser humano, o bom senso e os cuidados com a segurança, já que esse tipo de parto aumenta em 25 vezes o risco de morte materna.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma taxa de cesariana aceitável está na faixa de 10% a

15%. O Brasil está entre os países com as maiores taxas de cesarianas: o índice de 40% é muito acima do recomendado. E se os dados de hospitais públicos e particulares forem comparados percebe-se que se faz mais cesáreas nos particulares, onde o índice chega a 80%.

Seja por medo de sentir dor ou de ter alguma complicação na hora do nascimento, muitas mulheres preferem marcar o dia da cirurgia. Nem sequer aguardam o início do trabalho de parto, que sinaliza que o bebê está pronto para nascer. Armam-se de tecnologia e profissionais para garantir que nenhum imprevisto ocorra. Mas será que essa prática é a mais saudável?

O pior é quando o profissional pressiona ou indica cesariana para a paciente sem que haja a real necessidade. E isso tem sido cada vez mais comum no Brasil. Foi o que aconteceu com Patrícia (nome fictício), que percebeu no médico a ansiedade por terminar logo o parto dela porque tinha uma série de grávidas para atender no consultório. Resultado: a desconfiança de Patrícia se confirmou. Ela não conseguiu ter parto normal. “Tenho certeza de que se ele tivesse esperado mais um pouco meu bebê poderia nascer sem a cirurgia.”

PERIGO

A cesariana aumenta em

25 vezes

o risco de morte materna. Mesmo assim, nos hospitais particulares brasileiros,

80%

dos partos são cirúrgicos. A OMS alerta: o índice máximo aceitável é de

15%

Patrícia fez questão de ter Beatriz (3 anos) e o recém-nascido Davi de parto normal, depois de ver a filmagem da cesariana de uma prima

ISABELA LYRIO

Mães saudáveis

Adepta à teoria de que o parto normal é melhor, a analista judiciária Patrícia Coelho Carvalho Falcão preferiu suportar as contrações a ter que realizar uma cesariana. O primeiro parto, de sua filha Beatriz, hoje com três anos, foi complicado. Mesmo assim ela não desistiu de ter o segundo filho de parto normal. A médica optou por induzi-lo porque na 37ª semana o pequeno Davi já estava



com 3,2 kg e 50 cm. "O parto normal é sempre melhor. Depois que eu vi a filiação da cesariana da minha prima, fiquei traumatizada", contou Patrícia.

No Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT), o Programa de Assistência Materno-Infantil existe desde 2005 e foi criado para acompanhar e orientar a gestante e a mãe que amamenta, para garantir melhor qualidade de vida nesse período. O Grupo de Gestantes acompanha as magistradas e as servidoras nesse

período, preparando-as para um parto e um puerpério saudáveis. A futura mamãe assiste a palestras como Psicologia da Gravidez, Tipos de Parto, Primeiros Cuidados com o Bebê, Amamentação, Shantala, e faz atividades físicas orientadas.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ) há um grupo de gestantes coordenado pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde. Além de reuniões periódicas com as futuras mães, há um manual com dicas para uma gestação saudável, alimentação

natural e cuidados com o recém-nascido.

O chefe da Seção de Assistência Nutricional da Secretaria, Adelmir Soares Mangabeira Júnior, explica que cerca de 30 a 40 grávidas são atendidas por ano e todas elas recebem orientações sobre o parto. "Muitas mães são sutilmente orientadas a fazer cesariana quando surge qualquer dúvida ou temor durante a gravidez. Ainda há uma cultura de insegurança em relação ao parto e elas optam pela cirurgia por medo", observa.

Um desafio cultural

Se por um lado nem todos os obstetras acompanham todas as etapas do parto, nos últimos dez anos aumentou consideravelmente o número de doulas (mulheres que auxiliam as futuras mães no momento do parto). Elas são mais do que parteiras: além da experiência, têm instrução sobre o assunto e cuidam também do lado emocional da mulher.

As doulas procuram se manter atualizadas participando de cursos e eventos voltados para o nascimento. Como

em novembro do ano passado, quando dezenas de doulas, mães e profissionais da saúde participaram do workshop *Bloqueios sexuais no nascimento e formas de desbloqueá-los – prevenção e atendi-*

mento de complicações no parto domiciliar, ministrado pela parteira mexicana Naolí Vinaver Lopez.

Foi uma oportunidade para trocar experiências e saber quais as novidades no mundo. Renata Beltrão, secretária executiva da ONG Casa da Luz e organizadora do evento, defende o parto natural sem a intervenção de médicos ou de alguém que possa interferir no envolvimento entre mãe e filho. “Nós defendemos o respeito à mulher e ao bebê. O tipo de parto é consequência. Mas sabemos que as cesarianas salvam vidas e em alguns casos são necessárias”, afirma.

Renata, que também é doula e formadora de doulas, teve dois filhos em casa e lamenta o número de partos cirúrgicos no Distrito Federal. “O tecnicismo está predominando entre essas mulheres. Elas esquecem que a formação médica é intervencionista e que muitos

obstetras optam pela cesárea porque, além de poder marcar a hora, os planos de saúde pagam mais por ela do que por um parto normal”, observa.

A ONG, que tinha sede em Alto Paraíso (GO) e agora está no DF, pretende desenvolver campanhas de conscientização sobre a importância do parto normal e domiciliar. “A mulher tem abdicado do poder dela de dar à luz e deixa esse momento maravilhoso nas mãos de médicos. Ela precisa se colocar na condição de mulher e ser dona desse processo”, defende Renata Beltrão.

Essa é a mesma opinião da parteira Naolí Vinaver Lopez. Desde 1987 ela afirma ter atendido, no México, cerca de mil partos domiciliares e participado como conferencista em congressos de parteiras em mais de trinta países. Naolí teve três filhos em partos domiciliares.

O tema está na moda. O filme *Organismic Birth*, uma produção de 2007 com legendas em português, é exibido em salas particulares do DF e tenta desmistificar a crença de que o parto é doloroso e perigoso por natureza, e que deveria ser deixado totalmente nas mãos dos médicos. O filme mostra as potencialidades emocionais, espirituais e físicas do parto, com o acompanhamento do parto de onze mulheres que dão à luz do jeito mais natural possível (gemem, beijam e riem).

Naolí diz que no México o número de cesáreas também é alto. “É um desafio cultural: a cultura do medo impera. Com o avanço da medicina, as mulheres começaram a achar que precisavam de ajuda para parir”, explica. Para ela, existe em todo o mundo um movimento de humanização do parto.

A nutricionista Livia Penna, doula por opção e amor ao trabalho, teve cinco filhos, todos com parto normal, quatro deles em casa. Ela começou a atender as mulheres após ter seu segundo filho, hoje com 25 anos. Durante a preparação para o nascimento dele, Livia entrou em contato com o

movimento de humanização do parto que, futuramente, originou a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (Rehuna), da qual é uma das fundadoras. Só o primeiro filho dela precisou nascer em um hospital, na Inglaterra, porque estava sentado. Mesmo assim o parto foi normal.

Autora de dois livros sobre o tema, Livia Penna forma doulas e integra a ONG Casa da Luz. “Muitos médicos obstetras trabalham com doulas porque o parto fica mais tranquilo. Outros desconhecem e têm preconceito. Mas isso é uma questão de tempo; acho que o trabalho das doulas ainda é pouco conhecido”, comenta.

Para ela, os principais desafios das doulas são ter o trabalho valorizado e reconhecido, ser aceitas pelos profissionais de saúde como parceiras do trabalho de parto e ter apoio oficial, por meio de inclusão nas políticas públicas de atenção ao parto e nascimento.

Existem duas categorias de doulas: as particulares (cujo preço de atendimento varia de R\$ 500 a 3 mil por parto) e as comunitárias, mulheres da comunidade que fazem o curso promovido pelos hospitais públicos e atuam depois como voluntárias nas maternidades, assistindo as mulheres.

“Muitos obstetras optam pela cesárea porque, além de poder marcar a hora, os planos de saúde pagam mais por ela do que por um parto normal.

Renata Beltrão, secretária executiva da Casa da Luz



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Carla Daher: a tendência é voltar às origens. Renata Beltrão (abaixo): "Defendemos o respeito à mulher e ao bebê"

Parto em casa

A obstetra Carla Daher é adepta do parto natural e domiciliar. Mãe de três filhos, sendo dois nascidos em casa, a médica começou a ser procurada por mulheres que também querem ter os filhos nas próprias residências. Carla tem um consultório, mas pretende em breve realizar todo o pré-natal nas casas das pacientes. Ela explica que há poucos profissionais na área que fazem o mesmo trabalho que ela, e há muita procura. "Alguns partos demoram muito. Quando vejo que não há como a criança nascer naturalmente, levo a mãe para o hospital", afirma.

Carla Daher gosta de dizer que é mais parteira do que obstetra, mas, se tiver que fazer uma cesariana, faz com tranquilidade. "O parto normal é mais saudável. É o encontro da mulher com seu filho e com o seu próprio corpo. Houve uma medicalização do parto, mas hoje há uma tendência a voltar às origens e parir em casa", opina. A médica explica que o índice de complicação é muito baixo nos partos em casa. "Dos partos que atendo, em gestações de baixo risco, o índice de cesáreas gira em torno de 3%. É um bom índice, segundo a OMS", explica.



O que são as doulas?

A palavra grega doula vem sendo utilizada desde as pesquisas de Marshall H. Klaus e John H. Kennel, no início da década de 90, para designar as mulheres capacitadas a dar apoio contínuo a outras mulheres (e aos seus companheiros e familiares), proporcionando conforto físico, apoio emocional e suporte cognitivo, antes, durante e após o nascimento dos filhos.

Hoje, a Organização Mundial de Saúde e os ministérios da Saúde de vários países, entre eles o Brasil

(Portaria 28, de maio de 2003), reconhecem, após uma década de pesquisas científicas, a enorme contribuição da presença da doula no momento do parto. Ficou demonstrado que o parto evolui com maior tranquilidade, mais rapidez, menos dor e menos complicações maternas e fetais. Na América do Norte estima-se que existam de dez mil a doze mil doulas. No Brasil, a demanda de mulheres e instituições que solicitam esse serviço ainda é bem menor, mas também vem crescendo significativamente.

Fonte: www.doulas.org.br

Trabalho pioneiro em São Sebastião

Na Casa de Parto de São Sebastião não há mesas de cirurgia. A mulher pode escolher como quer ter o filho: de cócoras, em cima da cama articulada ou dentro da banheira. Desde 2001, a unidade, vinculada à Secretaria de Saúde do DF, faz pelo menos um parto por dia. Há nove anos, esse número era maior: dois por dia. Até hoje só foi registrado um óbito, mas o bebê morreria em qualquer hospital: ele teve embolia amniótica (quando o líquido amniótico e outros resíduos penetram na circulação sanguínea).

A enfermeira especializada em obstetrícia Euzi Adriana Bonifácio é uma das responsáveis pela Casa de Parto. Ela explica que a instituição segue o modelo do Sistema Único de Saúde (SUS) e se encaixa no perfil de Centro

de Parto Normal criado pelo Ministério da Saúde em 1999. Em 2005 foi editada a Lei 11.108, que garante à mulher a presença de um acompanhante na hora do parto e pós-parto nas maternidades públicas do país.

A Casa de Parto recebe mulheres de todas as regiões do DF e Entorno,

independentemente de pré-natal feito na rede pública. As exigências são de que a grávida tenha feito pelo menos seis consultas de pré-natal registradas no cartão de gestante, esteja com todos os exames normais e não tenha feito cesarianas ou cirurgias pélvicas. "Aqui as mulheres escutam músicas,

Euzi, enfermeira obstetriz: mulheres podem optar por ter o filho de cócoras, na cama articulada ou na banheira



Recém-nascido na Casa de Parto: processo humanizado

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

sentam nas bolas de pilates para aliviar as dores lombares e podem ficar com quem quiserem. Estamos preparadas para atender rapidamente o recém-nascido que estiver em sofrimento. Temos incubadoras para transporte até o hospital”, explica a enfermeira.

A Casa de Parto foi ameaçada de fechamento no ano passado por causa de uma divergência entre médicos, enfermeiros e o governo do DF. O Conselho Regional de Medicina e o Sindicato dos Médicos do DF alegaram que os enfermeiros não estão aptos a realizar os procedimentos sozinhos e pediram a presença de ginecologistas no local. Até fevereiro de 2009 os partos eram feitos por obstetras, mas os onze médicos que estavam lotados na unidade foram transferidos para o Hospital Regional do Paranoá. O Conselho Regional de Enfermagem entregou à Secretaria de Saúde toda a fundamentação legal que ampara o trabalho dos enfermeiros obstetras nas casas de parto. São catorze unidades de parto existentes em todo o Brasil.

Estudos científicos apontam evidências de que os partos realizados com a presença de um acompanhante trazem benefícios e evitam problemas à saúde da gestante. O Ministério da Saúde tem promovido uma série de ações para humanizar os partos no país. Cerca de catorze estudos científicos brasileiros e internacionais, realizados com mais de cinco mil mulheres, mostram que as gestantes que contam com um acompanhante no parto e no pós-parto ficam mais tranquilas e seguras durante o processo.

O Ministério da Saúde promove cursos nas maternidades vinculadas ao SUS para conscientizar os profissionais sobre a necessidade de mudar práticas e humanizar partos. Há campanhas em defesa do parto normal. Os seminários chamados *Qualificação na atenção obstétrica e neonatal humanizados com base em evidências científicas* foram criados com o apoio das secretarias estaduais e municipais de Saúde, de organizações profissionais e de organismos internacionais.

Tipos de parto

NORMAL:

- Não se pode decidir o momento do nascimento do bebê. É preciso esperar as contrações e a dilatação do colo do útero.
- As contrações (as famosas “dores do parto”) se assemelham a cólicas. Elas começam fracas e espaçadas, e vão aumentando até chegar à fase de expulsão. A dilatação do colo deve chegar a dez centímetros para que o bebê nasça.
- O trabalho de parto dura, em média, 12 horas, mas é apenas nas duas últimas horas que as contrações se tornam mais fortes.
- Na maioria dos casos, é necessário realizar uma episiotomia (corte ao lado da vagina) no momento da passagem do bebê, para evitar ruptura nos músculos do períneo. Os pontos caem sozinhos, mas precisam ser bem lavados para evitar infecções.
- A permanência da mãe no hospital após o parto é geralmente de 24 horas.
- O custo para os pais e para o hospital é menor.

CESARIANA:

- A mãe pode decidir quando será o parto.
- A mulher não sente as “dores do parto”. Geralmente a dor é maior depois da cirurgia. Necessita de uma maior dose de analgésicos.
- A cesárea não deixa de ser uma cirurgia, com todos os riscos de complicações.
- O tempo de internação da mãe após a cesariana é, em média, de 48 horas.
- A mulher não deve pegar peso ou fazer esforço físico por, pelo menos, dois meses após a cirurgia.



Gisele e Benjamin em capa de revista: “Quería estar consciente no nascimento”

O exemplo da bela

A modelo Gisele Bündchen, mãe há pouco mais de dois meses, deu exemplo a todo o mundo ao ter o parto dentro de sua casa nos Estados Unidos. O bebê nasceu em uma banheira. “Quería um parto em casa, sempre achei muito importante porque queria estar consciente na hora do nascimento. Eu não queria estar

dopada e sim presente”, explicou Gisele em recente entrevista ao Fantástico, onde contou que se preparou com yoga e meditação. O parto durou oito horas, mas ela afirmou que não sofreu. “Não foi nem um pouco dolorido. Durante todo o tempo eu estava muito focada. Depois de cada contração eu pensava assim: o meu bebê está mais perto, ele está mais perto”, contou.

A hora do parto

Cesariana ou parto normal? Você conhece os benefícios do parto normal para o bebê e a mãe? Essas e outras perguntas povoam a mente das gestantes. A influência dos médicos e as opiniões alheias podem fazer a decisão pender para o método aparentemente mais fácil – a cesariana –, mas isso não significa que ela seja a melhor opção. Preocupado com o número crescente de cesarianas no país, cinco vezes maior do que o recomendado pela OMS, o Sindjus ouviu a opinião das servidoras que aguardam a chegada dos seus filhos.



ARTHUR MONTEIRO



ARTHUR MONTEIRO



ARTHUR MONTEIRO



ISABELA LYRIO

Eu prefiro o parto normal. Ainda não conversei com o obstetra sobre isso, mas conheço a facilidade de recuperação e os benefícios para a mãe e o bebê. Este será o meu primeiro filho; estou com cinco meses e uma semana. Eu quero que o parto seja normal porque acho que será mais tranquilo.

Ana Caroline da Mota Pazini – TJDF

Conheço os benefícios do parto normal, mas acho que as condições da mãe e do bebê têm que ser ideais. Meu primeiro filho nasceu por cesariana; segundo a médica, eu não tenho estrutura corporal para o parto normal. Sou ansiosa, tenho medo da dor. Estou grávida de seis meses e minha filha deverá nascer de cesariana.

Anne Araújo Comber – MPDFT

Este é o meu primeiro filho; estou com oito meses de gravidez e pretendo fazer cesariana. Eu quero a cirurgia para fugir da dor. Eu sempre desmaio quando sinto muita dor. Acho que querem mudar a mentalidade das mulheres para decidir pelo parto normal, mas não me convencem. A maioria das minhas amigas fizeram cesariana.

Caroline de Moura Xavier Evaristo – TJDF

Tenho um problema no ovário que não permite o parto normal, por isso não tive escolha. Mas, caso não tivesse esse problema, escolheria a cesariana mesmo, porque tenho muito medo da dor. Quando eu nasci minha mãe deveria fazer parto normal, mas acabou sofrendo vinte horas e no final fez cesariana. Isso influenciou a minha decisão.

Cristiane Silva Piconcelli – MPDFT



Eu queria que o meu primeiro filho nascesse de parto normal, mas não foi possível. O normal é parto normal; cesariana, só se não tiver jeito mesmo. A maioria das minhas amigas quer cesariana, não sei o que se passa na cabeça delas... Mas eu não, muito obrigada, prefiro o parto normal.

**Gabriela Galvão Silveira
Melo Ferrari – TJDF**



Conheço os benefícios do parto normal, mas prefiro cesariana. Estou com dois meses de gravidez; é o meu segundo filho, e o primeiro nasceu com cesariana. Tenho medo da dor e conto com a questão da programação, pois a médica vai entrar de férias na época do parto. Ela ficou contente quando falei que preferia a cesariana.

**Vanessa de Souza
Dias – TJDF**



Minha primeira filha tem um ano e dois meses. Meu médico decidiu sozinho pela cesariana, no primeiro parto. Eu não tive escolha, e por isso me arrependo. Mas ainda tenho medo do parto normal. Acho que há 90% de chance deste parto também ser cesariana. Eu prefiro, porque deve ser muito mais tranquilo que o parto normal.

**Érica Pires Carneiro –
MPDFT**



Eu prefiro o parto normal. Estou com seis meses de gestação e este é o meu segundo filho. O meu primeiro parto foi cesariana, mas eu não gostei; a recuperação demorou e foi muito incômoda. O parto normal é um método natural e saudável, e eu acredito que será melhor para mim e para o bebê.

**Cátia Betânia Chagas –
MPDFT**



Escolhi a cesariana porque tenho muito medo da dor e do desconforto do parto normal. Eu não sou adepta ao parto normal, embora saiba das vantagens do pós-parto. Mas acho que a cesariana é melhor também por causa do planejamento, dá para marcar a data do parto.

**Márcia Alves de
Oliveira – MPDFT**



Na hora do parto, pretendo aguardar ver se há dilatação; se houver, faço parto normal. Se for demorar muito, faço cesariana. Não quero ficar sofrendo durante muitas horas. Minha teve dois partos normais e rápidos; acho isso perfeito. Mas grande parte das minhas amigas prefere cesariana, por causa da comodidade.

**Verônica Reis da Rocha
Verano – TJDF**



Este é meu primeiro filho e quero fazer cesariana, por questão de planejamento e para fugir da dor. Prefiro ter o meu filho da maneira mais fácil. O médico me apoiou, mas disse que, se eu quiser mudar para o parto normal, ele também aceita. Meu marido me apoia também, apesar de sabermos os benefícios do parto normal.

**Daniele Alves de
Sousa – MPDFT**



Meu filho de dois anos nasceu de parto normal e foi tudo muito tranquilo. Espero que este seja normal também. Não gosto de ambiente hospitalar nem de cirurgia. Durante minha primeira gravidez procurei me informar, fiz ioga para gestante, conversei muito com a professora. Quando a gente tem informação, tem muito mais tranquilidade.

**Juliana Magalhães de Pinho
Cruz – MPDFT**

Festa libertária

O popular na 2ª Conferência Nacional de Cultura



Emblemático da cultura em movimento, o boi de carnaval de Alagoas provoca uma oportuna reflexão para os encaminhamentos da 2ª Conferência Nacional de Cultura, entre 10 e 14 de março deste ano, em Brasília. A Conferência consolida, institucionalmente, o longo pacto entre sociedade e governo iniciado na gestão Gil do Ministério da Cultura. São muitas as frentes abertas e o desafio de tornar política pública de Estado os conceitos assumidos pelo MinC é imenso. Na raiz de tudo está a ampliação da cultura como processo vivo, incorporado e praticado em diversas expressões das linguagens artísticas, com acesso aberto a um maior número de brasileiros (não só como platéia-mercado, mas criadores-ativos) e testemunho da pluralidade do país.

A segunda Conferência vem referendada por uma extraordinária mobilização nacional. Foram 3.500 reuniões em mais da metade do total dos municípios brasileiros. Os encontros setoriais construíram uma pauta tão ampla quanto a ambição de marcar a diferença estrutural de uma gestão fundamentada em participação e rigor com recursos públicos e a antiga política do balcão para “iluminados”. Essa ampliação da cultura além da arte encontra nos Fundos, regulamentados por sociedade e governo, o caminho para permitir que o popular e, curiosamente, as vanguardas experimentais saiam do eventual descontinuo para uma visibilidade assegurada com chance de permanência, registro, circulação e, óbvio, cheguem ao mercado sem intermediários que desidratem suas estéticas para o *fast food* geral. Palatáveis, mas íntegros.

A Conferência abre espaço e tempo para essa questão da arte brasileira fora das lentes viciadas na referência de “celebridades”, “aprovações” de grandes centros ou mesmo batismo de intelectuais. É que a explosão criativa do povo brasileiro é tão radicalmente inovadora e ousada que o país, no seu aparato de mídia e universidades, nunca conseguiu acompanhar a tal dinâmica da cultura em movimento. Vorazes e antropofágicos, os que fazem a cultura popular matéria viva têm capacidade insaciável para pro-

cessar lixo estrangeiro, batidas, matérias reusadas, repertórios liqüidificados, influências, divergências, convergências e até interfeirências que logo são mastigadas e devolvidas com talento, mandragem, agilidade e admirável jogo de cintura.

Mário de Andrade, no Estado, fez esse primeiro percurso na busca de mapear e criar uma sistematização desse jorro. Curioso como a tradição do popular (sempre mutante) e as vanguardas (experimentais e desafiadoras) se encontram na busca atual das políticas públicas acenadas por essa guinada da velha Lei Rouanet com o reforço para os Fundos para as artes aplicadas. Tudo que está fora da roda que gira no mercado precisa criar estruturas de existência e continuidade, o que, paradoxalmente, vai interessar ao próprio mercado padrão, que saberá buscar (e filtrar) nos alternativos as forças potenciais para usarem em suas grades de “sucessos”.

A Conferência dá essa chance de mexida no grande balaio da complexidade cultural e mestiça do Brasil. As forças se apresentam com a clara consciência de que nem o Estado é soberano e autocrata para determinar os caminhos nem as empresas ou núcleos da elite pela “arte do consumo” são as referências que vão polarizar os debates. Hoje temos mais vozes, mais grupos organizados, mais pensares e saberes fora dos esquemas, mais visões pela diversidade e mais chances de cultura não ser só entretenimento (que vale e muito), mas ferramenta de dignidade e respeito. A festa é libertária quando um povo transmuta a adversidade em consciência.



TEMAS:

- **Produção simbólica e diversidade cultural:** produção de arte e bens simbólicos; diálogos interculturais; formação no campo da cultura e democratização da informação.
- **Cultura, cidade e cidadania:** cidades como espaço de produção; intervenção e trocas culturais; acesso a bens culturais.
- **Cultura e desenvolvimento sustentável:** importância estratégica da cultura no processo de desenvolvimento.
- **Cultura e economia criativa:** economia criativa como estratégia de desenvolvimento.
- **Gestão e institucionalidade da cultura:** fortalecimento da ação do Estado e da participação social; participação social na gestão; implantação dos sistemas nacional, estaduais e municipais de cultura.

O pesadelo do crack



Disseminada em Brasília há pouco mais de um ano, a droga começa a invadir o Plano Piloto e atinge cada vez mais as classes média e alta



Fabiola Góis

Ao lado do muro da Vara da Infância e Juventude, na 910 Norte, havia uma lona preta que abrigava dois homens maltrapilhos, sujos, parecidos com moradores de rua. Aparentemente inofensivos, eles passavam despercebidos por quem circulava pelo local. Mas só mesmo a partir de uma denúncia anônima, em janeiro deste ano, é que a polícia começou a investigar que naquele lugar havia criminosos vestidos de gente humilde. Eram traficantes de crack, uma droga avassaladora, subproduto da cocaína, que já saiu da periferia e começa a atingir a classe média. Ninguém passa incólume: advogados, enfermeiros, servidores do Judiciário. Gente esclarecida também passou a arruinar suas vidas pela dependência do crack.

Mas é na periferia que a droga faz o maior número de vítimas. Por ser barata – cada pedra custa de R\$ 5 a

10 –, ela é consumida por moradores de rua, jovens que já tiveram iniciação em outras drogas e até mesmo curiosos. Se necessário, eles vendem até a roupa caso seja para saciar a vontade – ou a “fissura”. São comuns casos de prostituição entre homens, mulheres e crianças que não conseguem largar o vício e precisam de dinheiro para comprar a droga.

No Centro de Assistência Psicossocial para Usuários de Álcool e Outras Drogas (CAPSad), no Guará, são vários os casos de atendimento de usuários de crack. As histórias comovem até mesmo quem está acostumado a lidar com a droga. Sônia Machiutti, gerente da unidade, conta que há casos onde o dependente chegou a gastar todo o salário do mês, em torno de R\$ 3 mil, em um final de semana para satisfazer o vício. “Como o efeito é muito rápido, o usuário quer ingerir a droga logo em seguida. Só para quando acabam as pedras”, disse.

Sônia Machiutti, gerente do CAPSad Guará, conta que um dependente já chegou a gastar com o crack, em um final de semana, todo o salário de R\$ 3 mil

Efeito rápido e intoxicação intensa

O crack é fumado por ser uma forma rápida (e barata) de chegar ao cérebro e produzir efeitos. A pedra é quebrada e fumada de diversas maneiras e em diferentes recipientes, enrolada no cigarro de tabaco ou misturada na maconha.

O crack é também consumido em cachimbos improvisados feitos com tubos de PVC ou latas de alumínio, muitas vezes coletados no lixo. O uso de latas favorece a aspiração de grande quantidade de fumaça pelo bucal, promovendo uma intoxicação pulmonar intensa.



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Joana já internou o filho dez vezes, mas ele não conseguiu vencer o vício: "Não sei mais o que fazer"

"A família toda adoce"

O crack não só atinge o usuário, mas também as famílias. Quem conta é Joana, mãe de Jorge, 27 anos, usuário da droga. O jovem começou com maconha. Depois passou a usar merla. Ao experimentar o crack, não conseguiu mais largar o vício. Moradora do Riacho Fundo I, Joana* confessa não ter mais forças para lutar pela vida do filho. Jorge* parou de estudar no 2º grau, deixou de trabalhar e passa dias fora de casa. Quando volta, está com fome, sujo e magro. "A família toda adoce. Eu vivo à base de antidepressivos. Meu marido está com câncer na próstata. E não aguento ver meus outros filhos sofrerem pelo irmão. Não sei mais o que fazer", admite.

Joana, merendeira da rede pública, procurou o CAPSad Guará como a última tentativa para livrar o filho das drogas. O rapaz diz que não consegue mais se dominar e chegou a dizer a ela: "Mãe, você acha que estou nessa vida desgraçada porque eu quero?". Joana já o internou dez vezes. O rapaz chegou a ficar em uma casa de repouso por nove meses. Saiu, passou dois meses sem usar droga e voltou para o crack. Perdeu a mulher, que não aguentou mais conviver com ele. Jorge costuma vender o que vê pela frente para comprar a droga. Leva objetos de casa. Começou a praticar crimes, como assaltos e roubo de carros.

* Os nomes são fictícios

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Consumo cresce entre “gente grã-fina”

A reportagem da *Revista do Sindjus* percorreu algumas das áreas do Plano Piloto onde a droga desafia a polícia. No Setor Comercial Sul, no coração de Brasília, o crack é fumado dia e noite, sob os olhos das autoridades policiais, que não conseguem impedir a disseminação da droga. Bem perto do posto da Polícia Militar há becos e passagens subterrâneas onde os viciados proliferam. Ali eles consomem esse subproduto da cocaína que leva à dependência já na segunda traga-da. “Esse é um problema social e não de polícia. Só podemos atuar caso eles provoquem dano ao patrimônio público ou estejam envolvidos com algum tipo de crime, como tráfico ou furto”, afirma o cabo José Jorge, do 1º Batalhão da PMDF.

Acostumado a lidar com os dependentes, o policial conta que, nas madrugadas no SCS, são cada vez mais

comuns carros de “gente grã-fina” parar em pontos estratégicos onde há vendedores da droga. Segundo José Jorge, é assustador o aumento do consumo de crack nas classes média e alta. “Eles não gostam de falar, mas quando ‘puxamos’ a placa do carro no registro do Detran podemos conferir quem são essas pessoas, onde moram e a profissão. Muita gente está estragando a vida por conta do crack”, observa o policial.

A área central de Brasília está tomada por traficantes e usuários da droga. Além do Setor Comercial, a incidência maior de consumo e tráfico é no Setor de Diversões Sul (Conic) e nas quadras finais da Asa Norte. Grande parte dos policiais não vê o usuário como criminoso, mas como um doente que precisa de tratamento. É por isso que nem todas as abordagens terminam nas delegacias.

A reportagem acompanhou algu-

mas ações de policiais militares. Os usuários não se escondem nem mesmo quando veem a farda de longe. É difícil conseguir identificar quem é morador de rua e quem é usuário. Em geral, o dependente de crack é arredoio, arisco. E chegam a ser agressivos entre eles, quando dividem o mesmo cachimbo.

Flanelinha e pedreiro, José*, 36 anos, mora em Planaltina e trabalha no Plano, mas antes de ir para casa costuma fumar umas pedras de crack no Setor Comercial. “Eu fumo porque gosto. O dinheiro é meu. Gosto de beber também”, revela. Para José, ingerir álcool e fumar crack dá um “barato” maior.

Depois de revistá-lo, policiais militares o liberam. “Não tem o que levar para a delegacia. Não encontramos a pedra porque provavelmente ela já foi fumada. Portanto, não há flagrante”, explica o cabo José Jorge.

Ação policial no Setor Comercial Sul: local passou a ser cada vez mais procurado pelas classes média e alta em busca de crack



Nas comerciais e superquadras

Em outra esquina do SCS, uma adolescente grávida, sentada no meio-fio, esconde a latinha que usa para fumar crack. Ela não admite o uso, mas os soldados que por lá circulam contam que ela frequenta o local e se prostitui para comprar a droga.

Perto dali, na Rodoviária e em várias quadras do Plano Piloto – na 110, 710, 314, 315, 316, 710 e 715 norte e 109 sul), jovens de bermudas, jaquetas e bonés deixam os pilotis dos prédios e saem em busca de um cachimbo ou uma latinha improvisada que sirva para fumar crack. Em algumas comerciais das quadras é possível

ver pontos em brasas, bem característicos da queima das pedras da droga.

O consumo acontece em ritmo frenético. A maioria dos usuários passa dias sem comer, dormir ou voltar para casa. Esquecem-se da higiene pessoal e dos amigos. Os moradores das quadras próximas ficam incomodados, chamam a polícia, mas não conseguem se livrar de assistir as cenas deprimentes de uso da droga.

Uma das primeiras vítimas do tráfico de crack no Distrito Federal era um morador da 314 norte. No ano passado, o rapaz de 25 anos morreu brutalmente assassinado. A polícia encontrou o corpo dele 28 dias depois de ser espancado, torturado e morto a tiros em uma área de cerrado, na altura da 912 norte.

O delegado-chefe da 2ª DP (Asa Norte), Antônio Romeiro, conta que foi difícil localizar o corpo dele, abando-

nado em um terreno baldio, no parque Boulevard. As investigações apontaram que o jovem perdeu a vida porque roubou dinheiro de um traficante. Ele queria, segundo a polícia, pagar dívidas acumuladas. Os chefes da "boca" o amarraram em uma árvore, deram socos, pontapés e coronhadas e, por fim, atiraram cinco vezes.

Romeiro considera preocupante o avanço do crack no DF. "A polícia não vai resolver o problema do crack. São necessárias campanhas preventivas e uma ação conjunta do governo local e federal", afirma o delegado.

Em uma das primeiras apreensões neste ano, ao lado do muro da Vara da Infância e da Juventude, na 909 norte, os policiais prenderam Iromar Rodrigues da Silva, 33 anos, e apreenderam um adolescente de 15, com 35 pedras grandes de crack, 23 pedras pequenas, fragmentos da droga e R\$ 454 em dinheiro. O flagrante foi às 11h do dia 27 de janeiro.



Antônio Romeiro, delegado-chefe da 2ª DP, e pedras de crack apreendidas: "São necessárias campanhas preventivas"



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Danos à saúde

São vários os tipos de danos causados pelo uso de crack. Além dos problemas respiratórios pela inspiração de partículas sólidas, sua ação estimulante leva à perda de apetite, falta de sono e agitação motora, além de dificuldade de ingerir alimentos, que pode levar à desnutrição, desidratação e gastrite. Podem ser também observados sintomas físicos como rachadura nos lábios, pela falta de ingestão de água e de salivagem, cortes e queimaduras nos dedos das mãos e às vezes no nariz, provocados pelo ato de quebrar e acender a pedra. Além disso, o usuário fica mais exposto ao risco social e de doenças.

Fonte: Ministério da Saúde



Unidade pública no Guará:
de cada dez novos casos
recebidos por dia, seis têm
relação com o crack

Jovens em risco

É no início da adolescência que os jovens brasileiros experimentam álcool e maconha pela primeira vez. O consumo de outras drogas costuma ocorrer um ano e meio depois da primeira tragada ou do primeiro copo – em média aos 14,9 anos, como mostram as pesquisas.

O uso de álcool entre adolescentes é controverso. Ao mesmo tempo em que a lei brasileira proíbe a venda para menores de 18 anos, é comum o consumo pelos jovens – seja em casa, em festas ou mesmo em ambientes públicos. Por não ser uma droga proibida, o álcool acaba fazendo parte da realidade dos jovens, até mesmo com a permissão ou a omissão dos pais.

Mesmo as drogas consideradas “menos agressivas”, como o álcool ou a maconha, podem ser catastróficas. A maconha, por exemplo, pode causar alterações na motivação e levar a um estado de apatia semelhante à depressão, cujo tratamento é difícil. Isso sem contar com o efeito trampolim. As pesquisas afirmam que quem usa um tipo de droga rompe uma barreira psíquica e tem maior propensão a utilizar outras.

Estudos realizados em Brighton, Inglaterra, pesquisaram os efeitos do ecstasy – droga cada vez mais utilizada no DF – entre jovens para quantificar alguns dos efeitos em um período de nove dias. Apesar da documentação de efeitos nocivos, o estudo sugeriu que os efeitos em curto prazo são relativamente modestos. Essa pode ser uma das razões pelas quais muitos usuários não percebem a intensidade do risco. O ecstasy provoca alteração das células nervosas do cérebro, principalmente as que possuem a substância serotonina, que pode diminuir proporcionalmente à quantidade e ao tempo de uso.

Atendimento limitado

O crack está disseminado em Brasília há pouco mais de um ano. Há vinte anos, estava restrito a uma área no centro da capital de São Paulo, conhecida como “cracolândia”. Nos últimos dois anos, proliferou em todo o país.

O Ministério da Saúde lançou um programa de emergência para combater o uso de crack, com investimentos de R\$ 117,9 milhões até o fim de 2010. Ao todo, 108 cidades devem ser atingidas. A proposta é aumentar o número de leitos e de profissionais dedicados à saúde mental, instalar novos núcleos de apoio à saúde da família e mais centros de atenção psicossocial. Em todo o Distrito Federal e Entorno há apenas três unidades de atendimento para usuários de drogas, em Sobradinho II, Ceilândia e Guará. A previsão é que outros três sejam abertos ainda este ano, em Santa Maria, Planaltina e Gama.

Mas o atendimento ainda é limitado e a rede dispõe de poucos recursos

para um atendimento qualificado. Faltam profissionais e espaço físico. O ideal seria a construção de CAPSad em cada região administrativa. Localidades com mais de cem mil habitantes têm indicação para implantar pelo menos uma unidade de atendimento a dependentes químicos. Assim, um usuário do Riacho Fundo não precisaria se deslocar até o Guará para conseguir atendimento. Essas unidades dão apoio e encaminham os usuários à internação em hospitais gerais, quando necessário. No Guará, a unidade atende cerca de seis mil pacientes. De cada dez novos casos recebidos por dia no Guará, seis têm relação com o crack.

O tratamento para o usuário nem sempre surte efeito. Uma equipe multidisciplinar faz a avaliação necessária e indica quais recursos podem ser empregados para os pacientes. Em geral, ministram-se medicamentos para conter a ansiedade e a vontade de usar a droga.

ONDE PROCURAR AJUDA

CAPSad (Guará): 3567-1967 • Capsad (Sobradinho): 3591-2779

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Os caminhos da mente

“O prêmio do autoconhecimento é o amor-próprio e autorrealização”, afirma a técnica do STM Luciana Carla de Almeida Lopes. Preocupada com esse tema desde a adolescência, ela conta que aos 17 anos começou a sentir “sente sede de conhecimento – na verdade, de autoconhecimento”. Os questionamentos existenciais a fizeram procurar respostas em universos que iam além do mundo acadêmico. Mas um dia, aos 19 anos, descobriu que tinha lúpus, doença autoimune que não tem cura e pode trazer consequências graves.

O diagnóstico, entretanto, não a desencorajou. Luciana partiu para o estudo da doença, para que ela mesma pudesse se ajudar. “Comecei a pesquisar para descobrir como ter uma vida saudável”, recorda.

Entretanto, as provações não pararam por aí. Alguns anos depois Luciana engravidou, mas sua alegria não durou muito. O bebê viveu por apenas quinze dias. A profunda tristeza pela perda da criança, porém, não a afastou da caminhada rumo ao autoconhecimento. Ela se agarrou à certeza de que a vida não era dor, de que havia algo maior. “Sempre senti que o sofrimento não era uma verdade absoluta; a minha forma de atuar perante as circunstâncias da vida era o que fazia a diferença”, explica.

Luciana engravidou novamente e deu à luz uma menina, que hoje está com treze anos. Em 2002 tomou posse no STM e começou um curso de Direito, influenciada pela família de advogados. Mas ainda não se sentia realizada. Então, em 2004, fez uma descoberta que mudaria sua vida.

“Descobri uma técnica de autodesenvolvimento que abriu um leque de horizontes, expandiu a minha consciência e me permitiu conhecer um pouco mais sobre as interações sutis entre as pessoas”, relata. A técnica, chamada Avatar (nada a ver com o

filme), é definida como a busca de realização por meio do autoconhecimento.

Apoiada pelo mestre holandês Guido Sleddens, Luciana trabalhou por três anos com as técnicas, aplicando-as em sua própria vida, e depois concluiu a graduação nos Estados Unidos. Ela explica que a metodologia Avatar trabalha o sistema de crenças do ser humano: “São técnicas para a pessoa melhorar sua vida de acordo com seus próprios planos. O que você acredita tem consequência sobre o que você vivencia. As chaves mentais que aprisionam o ser humano são destrancadas”, sustenta.

O Avatar foi criado pelo pesquisador, ambientalista e psicólogo educacional norte-americano Harry Palmer. Estudante disciplinada, Luciana segue todas as suas lições. “No primeiro nível você trabalha o seu universo. Depois que me familiarizei com a técnica, decidi me tornar *master* para ensinar outras pessoas”, diz.

A servidora também é especialista em massagem ayurvédica e em shantala (massagem para bebês e crianças); ela participa de uma ONG que oferece massagens em creches e asilos. Luciana acredita que o Avatar mudou sua vida e que ajudou a garantir a sua saúde. “Passei por grandes transformações pessoais e profissionais. Hoje ministro workshops Avatar em Brasília e o curso completo em várias cidades do Brasil. Também levei o Avatar para o Equador”, conta ela.

Na esteira das mudanças positivas, Luciana trocou o curso de Direito pelo de Psicologia: “Estou feliz e realizada. Atualmente sou membro da Comissão de Qualidade de Vida do STM e estou comprometida com a promoção da saúde emocional das pessoas”, comemora.

Para conhecer as técnicas ensinadas por Luciana, acesse www.avatarepc.com



Servidora do STM, Luciana é instrutora de uma técnica de autodesevolvimento e participa de uma ONG que oferece massagens em creches e asilos

RODRIGO OLIVEIRA

Como criar um paraíso

União dos moradores e mobilização da sociedade fizeram do Olhos D'Água um modelo de parque ecológico urbano – que infelizmente não é seguido no resto do DF

Carlos Tavares

Um reduto de vegetação do cerrado e de mata ciliar, pistas de corrida sem buracos, telas de alambrados intactas, banheiros limpos, parque infantil seguro e conservado, circuito inteligente de ginástica e caminhos limpos, sem um pedaço de papel no chão. Será que estamos mesmo falando de um parque de Brasília, uma cidade que nos últimos anos apenas desprezou seu patrimônio verde e os espaços públicos de cultura e lazer?

Por incrível que pareça, estamos. Mas as perfeitas condições do parque não se devem a decisões governamentais e sim à mobilização da comunidade. Durante anos, um grupo de moradores do final da Asa Norte lutou contra os interesses da especulação imobiliária – e muitas vezes contra a inércia do governo – para transformar as futuras quadras 413 e 414 norte no Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos D'Água.

O lugar, antes abandonado, transformou-se num oásis. Um passeio por ali dá a sensação de que não estamos em Brasília ou em qualquer outro meio urbano do mundo. Inaugurado em 1994, o parque possui 21 hectares de área verde, cortados por uma pista de

cooper de 2.100 metros e por várias trilhas menores que percorrem o cerrado e a mata, passando pela nascente, pela lagoa e por um circuito educativo sobre o cerrado.

Encravada no meio do parque, no fundo de um pequeno vale ladeado de árvores imensas, a nascente foi recentemente revitalizada e é um remanso para as pessoas, pássaros e outros pequenos animais, ornado por plantas típicas que se exibem, exuberantes, às margens de um pequeno córrego. “Já tivemos muitos problemas com invasões, usuários de drogas e traficantes

que vinham se esconder aqui, mas isso é coisa do passado”, diz o administrador do parque, Ezechias Vasconcelos.

Se o visitante seguir a trilha das águas vai parar na Lagoa do Sapo – referência à Sociedade dos Amigos do Parque Olhos D'Água, mas também ao anfíbio que, curiosamente, pouco é visto no lugar. Esse é um dos espaços mais procurados pelas crianças, que se divertem apreciando patos, peixes e tartarugas. É o caso da pequena Bianca, de três anos: “Quero ver a tartaruga”, suplica a garotinha enquanto passeia com a mãe.

Nascentes: adote essa ideia

Um dos melhores exemplos do programa Adote uma Nascente, do Instituto Brasília Ambiental (Ibram), está dentro do Parque Olhos D'Água. Antes cercada por plantas invasoras, com seu córrego transformado em lixeira e alvo de depredações por visitantes problemáticos, agora a nascente parece um recanto extraído de um livro de fábulas infantis. A empresa que adotou o olho d'água, encravado no centro de uma pequena mata ciliar, a pou-

cos metros da Lagoa do Sapo, tratou de ornar o veio com uma miniatura de ponte de madeira, colocou um banco para descanso e contemplação do espaço, construiu um jardim em volta da passarela e deixou o ambiente irreconhecível, de tão agradável.

Isso tudo sem falar nos benefícios que o gesto trouxe para a preservação do manancial. Criado em 2002, o programa Adote uma Nascente pretende mudar a feição de todas as duzen-



tas nascentes do Distrito Federal, a maioria exposta à depredação e mal conservada. Outra vez o Parque Olhos D' Água serve de exemplo.

Para participar do programa basta preencher um cadastro e não ter pendências judiciais. O voluntário pode participar como adotante (responsável direto pela proteção e recuperação das nascentes) ou padrinho (que colabora com os adotantes na execução das ações). Segundo as normas do Ibram, os adotantes em potencial escolhem o olho d' água a ser adotado, sob a orientação do instituto.

Oásis urbano: mata ciliar abriga nascente e lagoa

Um oásis em meio ao abandono

O Olhos D'Água é um parque modelo. Mas, ironicamente, ele não se faz modelo para outros do Distrito Federal, porque estes teriam que ofertar ao público uma razoável variedade de atributos ecológicos e educativos, em termos de meio ambiente, além de contar com uma estrutura de lazer e diversão para pessoas de todas as idades.

Além desses aspectos, o parque Olhos D'Água dá também uma lição de convivência coletiva. Se, fora de suas cercas, todos reproduzissem o clima do lugar, as ruas ficariam mais limpas, as pessoas mais educadas e qualquer garoto seria capaz de dar aulas de cidadania e meio ambiente.

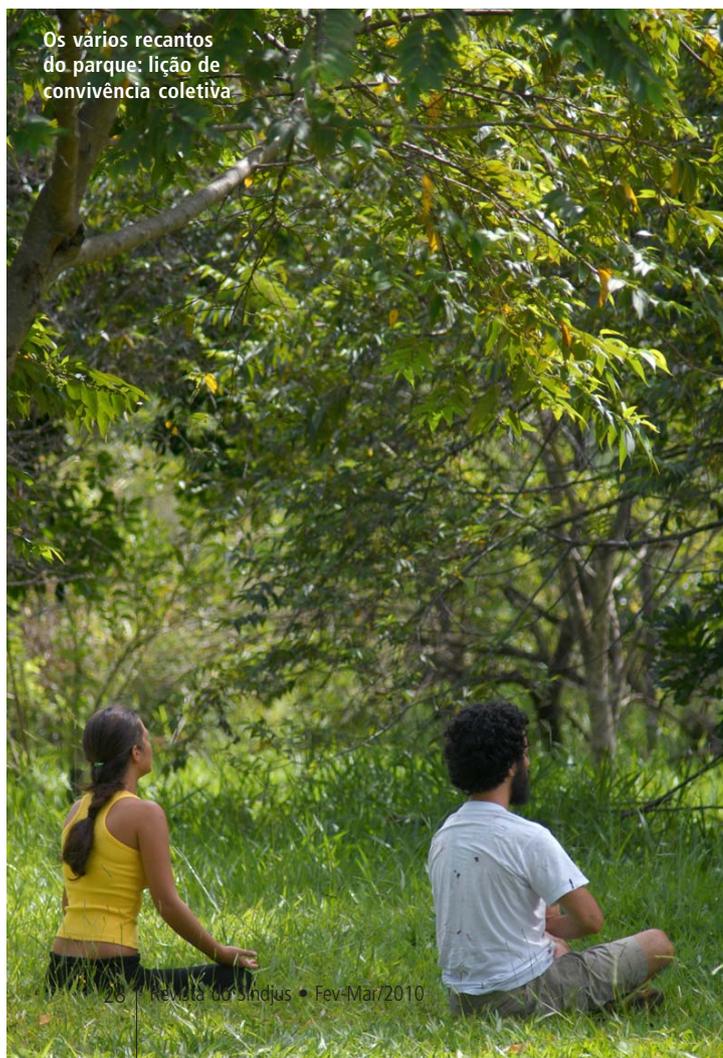
O Olhos D'Água é tido como um exemplo de parque ecológico urbano até por prefeituras de outros estados.

Com relação às outras dezenas de parques do Distrito Federal, administrados pelo Instituto Brasília Ambiental (Ibram), a realidade infelizmente não é essa. O Parque da Ermida Dom Bosco está abandonado, assim como o Bosque dos Pequizeiros em Planaltina, o Parque Três Meninas em Santa Maria, o Ezechias Heringer, no Guará, e por aí vai. Os mais conservados, segundo o Instituto, são o de Águas Claras, o de uso múltiplo do Lago Norte, o Parque Urbano do Paranoá e Jequitibás, em Sobradinho.

A organização da unidade da Asa Norte deve muito ao programa Abraçe um Parque, que atraiu dezenas de empresas e de pessoas físicas, possibilitando a montagem da atual estrutura e a sua manutenção. "Infelizmen-

te isso não ocorre fora de Brasília. As pessoas só querem colaborar quando se fala em Plano Piloto, mas não se interessam pelas outras regiões administrativas", admite a coordenadora de Parques do Ibram, Rosatilde Santana Carvalho.

O instituto enfrenta problemas de pessoal e de orçamento. Conta com apenas 0,2% do orçamento do GDF (equivalente a R\$ 20 milhões por ano) para administrar, licenciar obras e fiscalizar agressões ao meio ambiente em 72 parques distribuídos pelo Distrito Federal. Segundo o presidente do Ibram, Gustavo Souto Maior, "não dá para depender somente de recursos oficiais. Por isso criamos o Abraçe um Parque, que conta com a iniciativa privada e nos ajuda muito", afirmou.



O programa, criado em agosto de 2008, aprovou inicialmente nove projetos para onze parques, entre eles o Olhos D'Água. De acordo com o Ibram, essas unidades ecológicas urbanas vão receber em 2010 investimentos de cerca de R\$ 4 milhões, que serão utilizados para instalar novos equipamentos, recuperar áreas degradadas, construir e reformar edificações, plantar árvores e fazer estudos ambientais.

Os recursos, no entanto, não virão dos cofres públicos. O Ibram apostou em parcerias com a comunidade para propiciar aos brasilienses o privilégio de ter um parque ao lado de casa. Mas ainda há muito a fazer em um ano marcado pelas eleições, Copa do Mundo e escândalos. Sem falar nas dificuldades políticas e administrativas em todo o DF, após as denúncias do Mensalão de Arruda.

Abrace um parque você também

O programa Abrace Um Parque abrange pessoas físicas ou jurídicas. O interessado pode fazer doações de bens ou apresentar propostas em duas modalidades: espontânea (formuladas a qualquer momento) e induzida (prevista em edital). Há sete linhas de ação:

1) Serviços: segurança e limpeza; fornecimento de guias e brigadista.

2) Obras: instalação e manutenção de equipamentos de lazer, esporte e educação; construção e reformas de edificações, preferencialmente sustentáveis.

3) Conservação dos recursos naturais: recuperação de rios, córregos, lagos etc; reconstituição da cobertura vegetal; manutenção da biodiversidade; produção, plantio, manutenção e

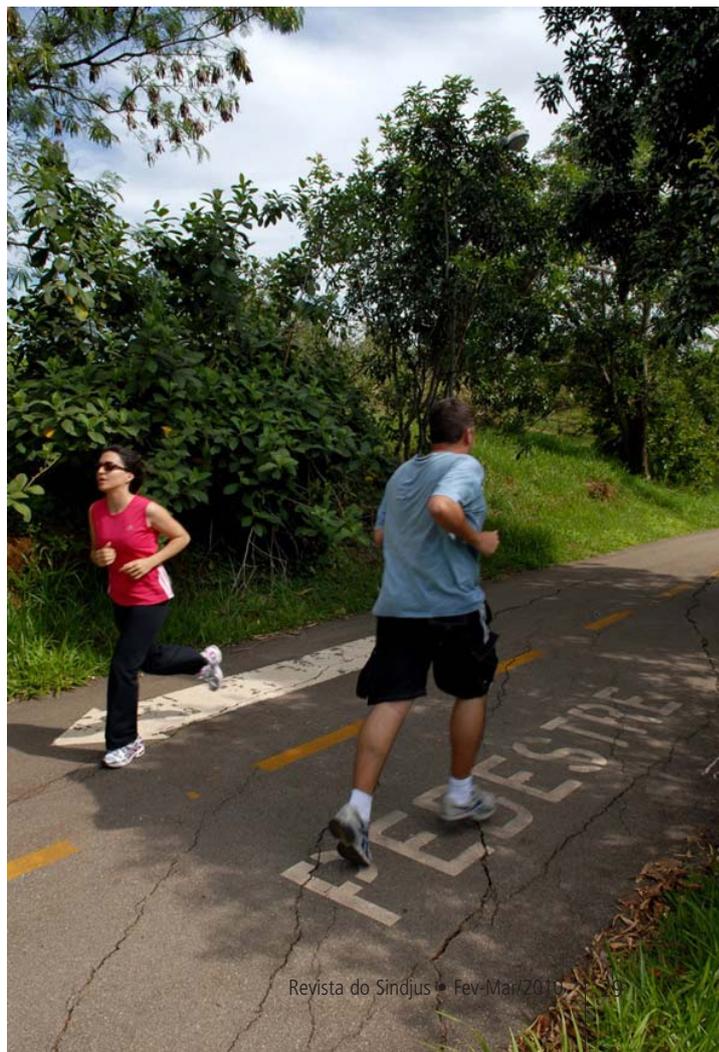
doação de sementes e mudas; recuperação de áreas degradadas.

4) Paisagismo: criação, revitalização ou adequação paisagística.

5) Educação ambiental: atividades científicas, didático-pedagógicas e de lazer em harmonia com a natureza; produção e divulgação de eventos culturais e educativos.

6) Doação e manutenção de bens: equipamentos de informática, de transporte, pesquisa, fiscalização e outros.

7) Acervo técnico e científico: levantamento e monitoramento de espécies endêmicas e raras; elaboração e publicação de estudos técnico-científicos; elaboração de plano de manejo, plano de uso ou similar.



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Ezechias: "O parque só resistiu porque a união dos moradores foi muito grande"

Conservação envolve toda a comunidade

Se fosse pela vontade dos empresários do setor de imóveis, o Parque Olhos D'Água não existiria. Não foi por falta de pressão dos especuladores que as superquadras 413 e 414 norte e as comerciais 414 e 415 norte deixaram de ser construídas, lembra Ezechias Vasconcelos. "O parque só resistiu porque a pressão da sociedade e a união dos moradores foi muito grande", explica, referindo-se ao grupo Amigos do Parque.

A legislação que hoje protege a área estabelece os objetivos de preservar as nascentes, olhos d'água, córrego, lagoa, mata de galeria e fauna; recuperar áreas degradadas; desenvolver programas de educação ambiental e pesquisas sobre os ecossistemas locais; e proporcionar lazer à população. Uma simples visita mostra que o regulamento é seguido em praticamente

100%, segundo ambientalistas, moradores e administração.

Ezechias credits esses resultados ao que chama de "gestão diferenciada", ou administração compartilhada: o cidadão, as empresas, as crianças, as escolas, todos participam e exigem a conservação do local. A organização é tão visível que todos se orgulham de participar da estrutura de conservação, do frequentador ao empresário, dos funcionários da limpeza ao presidente do Ibram, Gustavo Souto Maior: "O que vemos aqui é um exemplo que deve incentivar empresários de outros locais a investir nos nossos parques", disse.

A consolidação do parque deve-se em grande parte a duas mulheres obstinadas. Antigas moradoras das quadras vizinhas, as professoras Maria Celeste e Marisa de Góes fizeram os primeiros levantamentos do pa-

trimônio verde do lugar, mediram sua extensão, seu potencial ecológico e levaram um documento às autoridades, ainda em 1993. Elas se reuniram ao professor de Educação Física Pedro Henrique Vinhal para criar a Sociedade de Amigos e Protetores do Parque Olhos D'Água, ONG que, com a ajuda da entidade Patrulha Ecológica, conseguiu ampliar o raio de proteção da área.

O trabalho feito por Celeste, Marisa e Fernando está descrito em uma tese de pós-graduação em Ecoturismo assinada por Gustavo Henrique Amorim, em 2004. Aliás, esse é um dos principais objetivos de um parque ecológico e de uso múltiplo: produção de atividades científicas e pedagógicas. Professores e estudantes de outros centros de ensino superior também se debruçam sobre o ecossistema do parque para realizar suas pesquisas.

Estudantes de biologia e de engenharia florestal da UnB estão empenhados em encontrar uma solução para as leucenas e as braquiárias, duas espécies exóticas ao cerrado. Elas são consideradas pragas em lugares como parques e reservas, porque impedem o crescimento de outras espécies e se alastram com facilidade. "Temos que substituir as leucenas aos poucos", explica Ezechias Vasconcelos, referindo-se à leguminosa sertaneja predadora que já formou um bosque, entre o parque infantil e a sede da administração.

Planos para o futuro

Outros motivos de orgulho para os frequentadores são uma horta, um túnel de barro e garrafas pet moldado por alunos da Escola Classe 415 Norte, o Bosque dos Ipês, planejado por estudantes há quinze anos, e a recente biblioteca comunitária. Entre os planos para o futuro próximo estão a construção de paredão de escalada e de um circuito de ar-

vorismo. Outra preocupação são as crianças com necessidades especiais, que vão contar com um playground acessível a todo o público infantil. Ezechias batalha ainda pela iluminação da área até 21h — atualmente ela encerra às 20h. Também busca parceria para adotar a nascente que fica na área da 213 norte. Por ficar em parte fora da poligonal do parque, tem sofrido agressões com o despejo de lixo pela população e por moradores de rua.

SOS Asa Sul

No final da L2 sul, o Parque Ecológico e de Uso Múltiplo é o retrato do abandono. Embora sendo do mesmo tamanho e com fisionomia ecológica muito semelhante à do Olhos D'Água, ele vive sendo alvo de vandalismo, invasões de usuários de drogas e moradores de rua, que usam suas nascentes para lavar roupa e cozinhar.

Basta entrar em sua pequena e densa mata de vegetação típica (também ameaçada pela braquiária e a leucena) para perceber vestígios dos intrusos: fogareiros de pedras e madeira, pedaços de roupas nos córregos, latas de cerveja e garrafas pet — sem falar na área próxima à mata, que está virando uma espécie de lixão da Asa Sul.

“Ali jogam de tudo: sofá velho, cadeiras, entulho de construção, sacolas plásticas, tudo que não devia fazer parte do lugar”, reclama Rangel Moreira Viotti, morador da 308 sul e especialista em sistemas de informações. “Em termos de segurança o que existe são apenas placas com proibição de jogar lixo e entulho”, acrescenta.

Rangel utiliza o parque há algum tempo e diz que, mesmo com um programa para tornar o espaço frequentável, as coisas estão muito lentas. “Não se vê nada acontecer, a não ser a construção da casa da administração, feita com material biodegradável”, reclama, enquanto se exercita num pequeno parque com equipamentos de ginástica — o único sinal de que o espaço deveria se destinar a lazer, cultura, educação ambiental, esporte e ecologia. “Se a sociedade não se mobilizar, como ocorreu na Asa Norte, não vejo solução para este parque”, afirma.

Somente a partir de 2009 o lugar começou a ser beneficiado, de forma muito lenta. “As benfeitorias são quase imperceptíveis, mas ainda é cedo para criticar com veemência”, reconhece Rangel. O que se pode dizer é que o parque tem o mesmo potencial ecológico e de uso múltiplo do Olhos D'Água, e que pode vir a ser importante para melhorar a qualidade de vida dos moradores.

O Ibram atualmente concentra o trabalho em duas comissões: a de Revitalização de Parques e a de Recategorização e Revisão de Poligonais (que são as áreas de um parque). “O plano de manejo do parque da Asa Sul está quase pronto e as parcerias com o Ipoema (Instituto de Permacultura: Organização, Ecovilas e Meio Ambiente) e o Instituto Holístico estão dando certo”, acredita a coordenadora do Ibram Rosatilde Santana Carvalho.

A solução para melhorar o estado dos parques problemáticos no Plano Piloto e nas cidades satélites passa pelo programa do Ibram, ampliando-se o apoio da sociedade, pessoas físicas e jurídicas e ONGs. Passa também pela adoção de um novo sistema de administração, que depende de um projeto à espera de votação na Câmara Legislativa. Ele deve dividir os parques em ecológicos, urbanos e distritais, mas pode permanecer por muito tempo nos escaninhos dos parlamentares, devido aos escândalos que paralisaram a máquina legislativa e estatal no DF.

Parque no final da L2 sul: potencial ecológico e de múltiplo uso semelhante ao do Olhos D'Água



FILIADO SINDJUS TEM



SindjusAuto

Pensando na segurança e comodidade dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, o Sindjus acaba de assinar mais um convênio, desta vez na área de seguros de automóvel. A corretora escolhida para esta operação foi a Taurus, empresa dinâmica e moderna, atuante no mercado segurador desde 1982. Os descontos são de 20% reais sobre o valor do seguro. Ligue 4141-1800 e confira as vantagens.

Faça uma cotação e confira as vantagens!

DESCONTO
REAIS DE ATÉ

20%

O BENEFÍCIO
ESTENDE-SE AOS
DEPENDENTES
LEGAIS,
APROVEITE!

Pagamento
parcelado em até
4x
Sem juros

SEGURADORAS



SulAmérica

associada ao ING



CORRETORA



Se preferir faça uma visita à **Central de Benefícios do Sindjus**
Ed. Barão de Maua, Sala 223 - Setor Gráfico

4141-1800
4141-1801
8154-0080

sindjusdf.org.br
auto@sindjusdf.org.br

